Companhia Incentivada registrada na CVM sob o cód. nº 51824-7
CNPJ 34.597.955/0001-90

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais		
	2009	2008
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social e após participação nos lucros de empregados	44.833	73.537
Ajustes		
Depreciação e amortização	17.956	18.352
Valor residual da baixa por venda do imobilizado	2.366	2.598
Provisão para contingências	(5.531)	10.947
Provisão para perda com a desativação da planta de Manaus	16.861	-
Provisão para perdas em incentivos fiscais	334	44
	<u>76.819</u>	<u>105.478</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber clientes	15.835	(3.834)
Estoques	14.332	6.293
Tributos a recuperar	(1.288)	(6.787)
Partes relacionadas	148.296	(36.757)
Outros ativos	(5.042)	70
Incentivos fiscais a realizar	(1.425)	(1.329)
Depósitos judiciais	(1.437)	(496)
Fornecedores	(434)	1.360
Salários e encargos sociais	(55)	(195)
Obrigações fiscais e sociais	(1.213)	522
Outras obrigações	(254)	(375)
Provisões para contingências	(5.416)	-
	<u>161.899</u>	<u>(41.528)</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(22.037)	(18.161)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
	<u>216.681</u>	<u>45.789</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Compra de ativo	(32.148)	(36.178)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		
	<u>(32.148)</u>	<u>(36.178)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(185.453)	(11.456)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		
	<u>(185.453)</u>	<u>(11.456)</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		
	<u>(920)</u>	<u>(1.845)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		
	5.538	7.383
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		
	<u>4.618</u>	<u>5.538</u>
Resultado líquido		
	<u>(920)</u>	<u>(1.845)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2009 E DE 2008 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: White Martins Gases Industriais do Norte S.A. ("GINO" ou "Companhia") é uma sociedade anônima com sede em Belém, estado do Pará, controlada pela White Martins Gases Industriais Ltda. A GINO atua na área da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA - e tem como objetivos principais a fabricação e o comércio de gás carbônico e gases industriais e medicinais, largamente utilizados em hospitais e nas indústrias siderúrgica, metalúrgica, petroquímica, automotiva, alimentícia, entre outros. A Companhia compartilha as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais com empresas ligadas relacionadas. 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis: 2.1. Apresentação das demonstrações financeiras: As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 29/03/2010. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e para benefícios de pensão e aposentadoria, determinações de provisões para imposto de renda e contribuição social e outras. Os resultados reais podem

apresentar variações em relação às estimativas. 2.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas: As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir: (a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor. (b) Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos concedidos, assim como contas a pagar e outras dívidas. São contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva, quando aplicável. (c) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzida a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas estimadas na realização dos créditos que não possuem garantia real, quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. (d) Estoques: Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. (e) Tributos diferidos: Referem-se a imposto de renda e contribuição social diferidos que são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 9(a)). Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias. (f) Incentivos fiscais: A provisão para o imposto de renda é constituída pelo valor total do imposto, isto é, sem redução da parcela dos incentivos fiscais. O montante equivalente à isenção e redução de imposto de renda, relativas à produção de unidades industriais instaladas na área da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, é revertido da conta passiva para uma conta redutora da despesa de imposto de renda. Os demais incentivos, quando pagos, são registrados ao custo, no realizável a longo prazo, em contrapartida à conta de passivo para esse fim até que sejam cumpridas as exigências para sua liberação. A partir do ano de 2003, a Companhia obteve incentivo fiscal de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, conforme leis estaduais nº 2.390 de 8/05/1996 do Estado do Amazonas e nº 1.939 de 27/12/1989 do Estado do Pará, reduzindo o ICMS a recolher em 100% e 90%, respectivamente, por um período de 10 anos. A redução é registrada em "Impostos e contribuições incidentes sobre as vendas e serviços" na demonstração do resultado. Os incentivos fiscais que compõem o resultado do exercício não são objeto de distribuição de dividendos e, portanto os mesmos são destinados à reserva de incentivos fiscais quando da destinação do resultado do exercício. (g) Conversão em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado. (h) Imobilizado: Terrenos, edifícios, máquinas e equipamentos (plantas de gases e fábrica de cilindros) localizados em Manaus (AM) e Barcarena (PA) compreendem as principais fábricas e escritórios e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens (Nota 7). Terrenos não são depreciados. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Os ativos estão sujeitos a análises periódicas sobre a deteriorização de ativos ("impairment"). Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. A Companhia tem como prática a análise de arrendamentos mercantis procurando identificar a possibilidade de vir a ficar substancialmente com os riscos e benefícios da propriedade. Se

identificados, os arrendamentos financeiros são registrados como compra financiada, reconhecendo no seu início um ativo imobilizado e um passivo de financiamento. (i) Intangíveis: Os gastos relacionados com a aquisição e implantação de sistemas de informação e licenças para utilização de software são registrados ao custo de aquisição, sendo amortizados em até cinco anos (Nota 8). (j) Diferido: O diferido é formado por despesas pré-operacionais e de reorganização incorridos até 31 de dezembro de 2008 e amortizado no período de até 60 meses. (k) Redução ao valor recuperável de ativos: A Companhia faz revisões anuais para identificar evidências de perdas não recuperáveis em seu ativo imobilizado e outros ativos não circulantes, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. (l) Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. (m) Benefícios a funcionários: (i) Obrigações de pensão: O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado. Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados. Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a um plano de pensão de administração privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal. (ii) Participação nos lucros e bônus: A provisão para participação nos lucros é registrada em bases estimadas de acordo com o plano da Companhia. (n) Reconhecimento de receita: A receita compreende o valor original pela venda de mercadoria e prestação de serviço. A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador e as receitas de serviços com base na etapa de execução dos serviços. (o) Normas e interpretações que ainda não estão em vigor: As normas e interpretações relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 01/01/2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que entendemos poderão impactar as demonstrações financeiras da Companhia de forma mais relevante. Nos termos dessas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação, quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2010. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31/12/2009. As referidas normas e interpretações são: CPC 16 - Estoques; CPC 20 - Custos de Empréstimos; CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros; CPC 24 - Eventos subsequentes; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; CPC 27 - Ativo Imobilizado; CPC 30 - Receitas; CPC 32 - Tributos sobre o Lucro; CPC 33 - Benefícios a empregados; CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração; CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil; ICPC 10 - Esclarecimentos sobre o CPC 27. Os efeitos da aplicação das normas e interpretações de normas obrigatórias para os exercícios sociais a partir de 01/01/2010, estão em processo de análise e mensuração.